



PGR pede que STF desarquive investigação de Aécio na “lava jato”

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) seja investigado na operação “lava jato” pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Janot também solicitou autorização para que o parlamentar preste depoimento em até 90 dias. Os detalhes foram divulgados no final da tarde desta segunda-feira (2/5) pela Procuradoria.

Na petição, o procurador pediu ao ministro Teori Zavascki, relator da “lava jato” no Supremo, o desarquivamento de um pedido de investigação feito contra Aécio, no ano passado, pelos mesmos fatos. Segundo Janot, a mudança no entendimento ocorreu porque o doleiro Alberto Youssef omitiu em seu primeiro depoimento de delação a acusação de que o senador seria beneficiário de repasses ilegais em Furnas, empresa estatal subsidiária da Eletrobras.

Segundo o doleiro, em um segundo depoimento, Aécio recebia valores mensais por meio da Bauruense, empresa de sua irmã, que tinha contratos com a estatal. De acordo com Youssef, o PSDB e o PP tinham influência política nas indicações das diretorias da estatal.

De acordo com a PGR, Dimas Toledo, ex-diretor de Furnas, operacionalizava os repasses. Segundo a procuradoria, a empresa recebeu R\$ 826 milhões nos contratos com a estatal entre 2000 e 2006.

Além de Alberto Yousseff, o senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) também citou Aécio Neves em sua delação, dizendo que o senador recebia “pagamentos ilícitos”, pagos, segundo ele, por Dimas Toledo.

Paraíso fiscal

Janot também cita no pedido enviado ao Supremo uma investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro chamada operação norbert, deflagrada em 2007, que apura se Aécio Neves seria beneficiário de uma fundação em Liechtenstein, país considerado paraíso fiscal.

O procurador cita que foram apreendidos na investigação documentos que comprovariam “interposição de personalidade jurídica, com o objetivo de manter e ocultar valores no exterior”. A operação não investigou o senador, mas, durante as buscas e apreensões, documentos sobre a suposta fundação foram apreendidos.

Outro lado

Presidente nacional do PSDB, o senador Aécio Neves disse que “considera absolutamente natural e necessário que as investigações sejam feitas, pois elas demonstrarão, como ocorreu outras vezes, a correção de sua conduta”.

Na nota divulgada por sua assessoria, Aécio lembra que todas as citações a seu nome feitas por Delcídio do Amaral foram sobre situações que ele “ouviu dizer”, sem que nenhuma prova tenha sido apresentada pelo senador. “Trata-se de temas antigos, que foram objeto de investigações anteriores, quando foram arquivados, ou de temas que não guardam relação com o senador”, diz a nota.

Mais inquéritos



Na quinta-feira (28/4), Janot também pediu ao STF autorização para iniciar investigações contra pessoas citadas no acordo de delação premiada de Delcídio. O procurador-geral pretende investigar Aécio Neves, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Edinho Silva, o deputado federal Marco Maia (PT-RS) e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

02/05/2016